

**CONSELHO DE CLASSE E A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO:
UM ESPAÇO DE DIÁLOGO PARA FORTALECER O PROCESSO ENSINO-
APRENDIZAGEM**

**CLASS COUNCIL AND THE ORGANIZATION OF PEDAGOGICAL WORK: A
SPACE FOR DIALOGUE TO STRENGTHEN THE TEACHING-LEARNING
PROCESS**

Kély Cristina Zimmermann¹
Simão Alberto²

¹ IFSC, Jaraguá do Sul – centro/ SC – Brasil. E-mail: kely@ifsc.edu.br ORCID 0000-0002-0510-2810

² IFC, Araquari/SC–Brasil. E-mail: simao.alberto@ifc.edu.br. ORCID: 0000-0002-78387247.

RESUMO

O presente artigo apresenta um recorte da pesquisa intitulado “Conselho de classe e a organização do trabalho pedagógico”, uma reflexão envolvendo o processo ensino-aprendizagem nos cursos técnicos integrados ao ensino médio de química e modelagem do vestuário. Trata-se de um estudo de caso que se propõe a estudar a realidade do IFSC, em especial, *Campus Jaraguá do Sul - Centro*, cujo objetivo é compreender a dinâmica e estrutura do Conselho de Classe dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do IFSC, visando transformá-lo em um espaço diálogo democrático e participativo de reflexão sobre as práticas pedagógicas, onde os sujeitos do processo (professores e alunos) têm voz e vez. A discussão proposta busca refletir o Conselho de Classe como sendo um processo metodológico e avaliativo que auxilia o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem. A pesquisa foi desenvolvida no decorrer do ano letivo de 2023 com a equipe multidisciplinar e docentes do IFSC – Campus Jaraguá do Sul - Centro, mediante uma pesquisa interventiva e colaborativa com abordagem qualitativa da pesquisa-ação, na qual os envolvidos não apenas informaram e pensaram sobre a realidade da instituição, mas, também, agiram durante o processo da pesquisa. Os dados da pesquisa são oriundos da pesquisa bibliográfica, documental, diário de campo, círculos reflexivos, momentos de discussões e intervenções realizados com os envolvidos nos quais buscou-se investigar, interpretar e intervir na realidade que busca a sua melhoria e favorecendo novas mudanças a esse espaço de diálogos que ainda é visto como um processo burocrático e não como parte de um processo reflexivo sobre a prática pedagógica.

Palavras-chave: Conselho de Classe; Organização do Trabalho Pedagógico; Prática Pedagógica Ensino Médio Integrado; Educação Profissional e Tecnológica; Instituto Federal de Santa Catarina

ABSTRACT

This article presents an excerpt from the research entitled “Class council and the organization of pedagogical work”, a reflection involving the teaching-learning process in technical courses integrated into high school chemistry and clothing modeling. This is a case study that aims to study the reality of IFSC, in particular, *Campus Jaraguá do Sul - Centro*, whose objective is to understand the dynamics and structure of the Class Council of Technical Courses Integrated into High School at IFSC, aiming to transform it into a democratic and participatory dialogue space for reflection on pedagogical practices, where the subjects of the process (teachers and students) have a voice and a say. The proposed discussion seeks to reflect the Class Council as a methodological and evaluative process that assists the development of teaching and learning. The research was developed during the 2023 academic year with the multidisciplinary team and teachers from IFSC – Campus Jaraguá do Sul - Centro, through interventional and collaborative research with a qualitative approach to action research, in which those involved not only informed and thought about the reality of the institution, but also acted during the research process. The research data comes from bibliographical research, documents, field diaries, reflective circles, moments of discussions and interventions carried out with those involved in which we sought to investigate, interpret and intervene in the reality that seeks its improvement and favoring new changes to this space for dialogue that is still seen as a bureaucratic process and not as part of a reflective process on pedagogical practice.

Keywords: Class council; Organization of Pedagogical Work; Pedagogical Practice Integrated High School; Professional and Technological Education; Federal Institute of Santa Catarina

1 INTRODUÇÃO

Os caminhos trilhados para a elaboração deste artigo, são resultados das inúmeras indagações oriundas dos sujeitos envolvidos que, ao perceberem como as reuniões dos Conselhos de Classe decorrem, teceram críticas por transformarem-se

em meros momentos de desabafos de docentes, pois, ao invés, de fortalecer o processo ensino-aprendizagem, busca-se os culpados para o insucesso na aprendizagem dos educandos. Pode-se, no entanto, afirmar que os conselhos de classe há muito tempo, deixaram de ser um espaço de diálogo e do fazer pedagógico, portanto, culturalmente foram burocratizados para atenderem o calendário acadêmico escolar.

Desta feita, a elaboração do artigo tem por objetivo favorecer a compreensão por parte da equipe multidisciplinar e dos docentes da importância do Conselho de Classe como instrumento legitimador da reflexão prático-pedagógica apresentando como papel fundamental a discussão e a análise coletiva no processo ensino-aprendizagem. Atuando como momento de decisões para a recondução do trabalho pedagógico encaminhando ações que visem solucionar problemas e melhorar a aprendizagem.

O Conselho de Classe deve refletir sobre ação pedagógica decorrente do processo ensino-aprendizagem e não transformá-los em meros momentos de desabafos em busca de culpados para o insucesso na aprendizagem dos educandos. Nessas condições, os Conselhos de Classes reassumem o importante espaço que consiste em promover diálogos que buscam rever e fortalecer a aprendizagem dos sujeitos. Infelizmente, durante a realização deste artigo ficou perceptível que os Conselhos de Classe há muito tempo deixaram de ser um espaço democrático de diálogo e do fazer pedagógico, cujo propósito é fortalecer a prática pedagógica emancipatória..

Nesse sentido, Rocha (1986, p.109), afirma: “Quanto menos o corpo docente participa, mais apagado e sem vitalidade torna-se o Conselho de Classe e menos capaz de influir ao nível da ação e de decidir [...]”. De fato, organizado, o Conselho de Classe pode contribuir na valorização das metodologias praticadas pelos docentes, bem como incentivar as mudanças que resultem na transformação da cultura escolar sobre a avaliação, pois trata-se de um espaço de avaliação diagnóstica do trabalho pedagógico da Instituição, feita pelos docentes e estudantes, concebido através dos documentos norteadores da Instituição.

A escolha da temática consistiu na necessidade de reorganizar o Conselho de Classe que se desvirtuou da sua principal função, ou seja, as discussões sempre giram em torno da falta de aprendizagem dos educandos, razão pela qual se busca os culpados pela ausência da aprendizagem dos assuntos preconizados no decorrer

das aulas. Em raros momentos acontece a autoavaliação, isto é, momento de repensar a prática pedagógica capaz de auxiliar no favorecimento de mudanças, estratégias adequadas para aprendizagem de cada turma ou estudante.

Numa perspectiva de planejamento, o documento pode subsidiar as próximas ações do IFSC *Campus* Jaraguá do Sul – Centro, no que se refere ao Conselho de Classe, buscando fazer desta instância um espaço de construção de diagnósticos coletivos e de indicadores inerentes à qualidade da educação ofertada pelo *Campus*, envolvendo gestão, representantes de turmas, docentes e equipe multidisciplinar.

Para embasar a temática da pesquisa, foram abordados tópicos sobre a organização do trabalho pedagógico no viés da gestão democrática, a avaliação, a origem e a história dos Conselhos de Classe. Na sequência, foi analisado como o Conselho de Classe se apresenta nos documentos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Instituto Federal de Santa Catarina e por último, a trajetória do conselho de classe nos cursos técnicos integrados ao ensino médio de química e modelagem do vestuário: a realidade do IFSC *Campus* Jaraguá do Sul - Centro .

Em suma, o referencial teórico da pesquisa fundamenta-se nos seguintes autores: Alberto (2020); Ramos (2016); Libâneo (2004); Paro (2004); Dalben (1994); Cruz (2005); Guerra (2010); Luckesi (2011); entre outros autores que promovem o suporte teórico das discussões propostas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Gestão democrática e a organização do trabalho pedagógico

Nos dias atuais, a escola é vista como uma instituição do desenvolvimento de relações humanas, portanto, deve estar atenta às abruptas e inesperadas mudanças das quais o atual momento impõe a educação contemporânea para dar conta da formação correspondente às novas gerações, onde as pessoas estão cada vez mais próximas de tecnologias, com acesso às informações de forma instantânea. Para isso, a escola deverá dialogar e debater com os sujeitos do processo os problemas que afligem a sociedade, contribuindo dessa forma para a formação de novas mentalidades. Ademais, esse modelo de sociedade exige mudanças de paradigmas, onde a educação não privilegie apenas culturas, mas,

estar aberto à convivência pacífica; daí a importância de uma gestão democrática e dialógica compromissada com a comunidade em que as desigualdades sociais são bastantes visíveis.

Libâneo (2004, p.104) diz que:

Numa escola existem, pois, vários tipos de liderança. Entretanto, não se pode negar que, mesmo na gestão democrática efetivada de forma cooperativa e participativa, o funcionamento e a eficácia da escola dependem em boa parte da capacidade de liderança de quem está exercendo a direção e a coordenação pedagógica. (LIBÂNEO, 2004, p. 104)

Segundo Cária e Santos (2016), a gestão democrática da educação pública encontra-se diretamente vinculada à democratização política e social do país, fruto de lutas e articulações da sociedade civil organizada promovidas durante a década de 1980 e para Frigotto e Ciavatta (2003), mesmo com todas as contradições acerca da democratização, a nova Constituição de 1988, foi uma importante conquista, pois incorporou teses do projeto de desenvolvimento “nacional-popular”, garantindo direitos econômicos, sociais e subjetivos.

Dita de outra forma, a gestão democrática da educação nasce como parte de um processo mais amplo de redemocratização da sociedade brasileira, garantida pela Constituição Federal e contemplada na LDB. Ambas as leis se apresentam como alternativas para superar o modelo de gestão centralizadora e antidemocrática que se perpetuou durante décadas da história da educação brasileira e se constitui como uma forma de apontar-se para as novas organizações de práticas descentralizadas e participativas tendo como foco o diálogo e a participação.

Segundo Paro (2004), a gestão democrática tem como objetivo a conscientização de todos sobre a responsabilidade das relações intra escolares, conforme suas condições e, mesmo, suas contradições. Para este autor, o sucesso de uma escola transformadora das ideologias e do sistema consiste, primeiramente, em transformar a escola em um espaço em que todos possam ser participantes ativos e que a direção prime por ações e decisões conjuntas. Para que isso aconteça, a escola como agente transformadora da prática social precisa fazer com que a democracia ocorra de maneira consistente com planejamentos das ações a curto, média e a longo prazo.

Para que aconteça esse planejamento, o trabalho pedagógico não pode ser uma construção isolada de um projeto de escola, de educação e de sociedade sendo necessário que tal processo seja coletivo e permanente, exigindo participação

dos sujeitos do processo, isto é, suas discussões de ordem pedagógicas devem envolver toda a comunidade escolar, no que tange, o agir, intervir e lançar-se em novos desafios que levem em conta a construção filosófico-pedagógica que prioriza a busca de novos conhecimentos e práticas de uma escola pública gratuita e de qualidade.

Libâneo (2004, p.79), por exemplo, afirma que “ a participação é o principal meio de se assegurar a gestão democrática da escola, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomada de decisão e no funcionamento da organização escolar”. Assim sendo, organizar o trabalho pedagógico exige enfrentar contradições que surgem das mais diversas realidades encontradas em uma escola pública, sendo imprescindível educar para a democracia dentro dos aspectos social, político, intelectual e humano.

Diante do exposto, é preciso pensar sobre o papel social da escola e a organização do trabalho pedagógico, isto é, transformando a escola em um espaço de diálogos permanentes cuja finalidade é repensar e fortalecer o processo ensino-aprendizagem, onde os sujeitos envolvidos tenham voz e vez na construção de conhecimentos e saberes. Somente dessa forma o Conselho de Classe será democrático e, conseqüentemente, logrará êxito.

Gestão democrática e o Conselho de Classe

O Conselho de Classe pode ser entendido como uma estratégia para o bom funcionamento da gestão democrática, pois, como sabemos, através dele, se dá uma participação mais ampla dos diferentes agentes que influenciam os processos educativos.

Segundo LÜCK (2013, p.62), a participação, como princípio da autonomia, é uma necessidade humana na medida em que se entende que a natureza humana básica consiste na necessidade de associação entre semelhantes. Nessa perspectiva, ainda segundo a autora, o ser humano desenvolve sua humanidade pela atuação social, coletivamente compartilhada, proporcionando o desenvolvimento da cultura do grupo em que vive como também construindo sua identidade pessoal. Segundo essa mesma autora,

A partir dessa dinâmica interativa compreende-se que, mediante uma

atuação participativa em seu contexto, a pessoa, ao mesmo tempo, contribui tanto para a construção desse contexto como para o seu próprio desenvolvimento pessoal, como ser humano e cidadão. (Lück, 2013, p. 61)

Seguindo a lógica proposta por Luck (2013), é por essa dinâmica interativa com o outro, que o indivíduo consegue se reconhecer como parte de um grupo social heterogêneo que necessita desenvolver suas ações, em união aos demais, para tornar-se membro de uma comunidade, reconhecendo-se como cidadão de direito.

Através do Conselho de Classe, que busca-se uma maior autonomia da escola, no sentido de libertá-la do poder centralizado, caracterizando-a como sendo um ambiente de todos os interessados no processo ensino-aprendizagem que possam contribuir de alguma maneira para o avanço da educação. Nessas condições, a escola passa a ser liberta do caráter puramente burocrático e começa a ganhar um formato mais democrático, a partir do momento em que o Conselho é tido como um componente indispensável na vida escolar. “A valorização dos conselhos como estratégia da gestão democrática da educação traz implícita a relevância de sua função mobilizadora” (Ministério da Educação, 2004, p. 58).

Nesta perspectiva de gestão democrática, o Conselho de Classe é, de fato, um espaço privilegiado de avaliação coletiva, assegurando-se a democratização na tomada de decisão do que acontece no contexto escolar. Dalben conceitua o Conselho de Classe como:

[...] um órgão colegiado em que vários professores das diversas disciplinas juntamente com os coordenadores pedagógicos, ou mesmo os supervisores e orientadores educacionais, reúnem-se para refletir e avaliar o desempenho pedagógico dos alunos das diversas séries ou ciclos (Dalben, 2004, p.31).

Entretanto, faz sentido discutiremos a seguir sobre o surgimento desse importante Colegiado denominado Conselho de Classe no Brasil, isto porque apesar de carecer o devido entendimento de sua relevância no que tange o processo ensino-aprendizagem, na educação brasileira os Conselhos de Classe passaram a vigorar no sistema escolar brasileiro a bastante tempo.

Conselho de Classe no sistema brasileiro de educação

Os Conselhos de Classe surgem no Brasil na década de 50 do Século XX, quando um grupo de educadores através de educadores brasileiros que vivenciaram a implantação dos conselhos de classes na França, motivados pelo movimento da Escola Nova.

De acordo com Dalben (1992, p. 26), o Conselho de Classe teve sua gênese na França por volta de 1945 como parte de um conjunto de inovações pedagógicas inseridas na educação francesa a partir de algumas classes experimentais. Nesse contexto da reforma foi instituído no ensino Francês e sua fundamentação estabelecida muito antes de surgirem os documentos que atualmente regem o funcionamento desse colegiado.

Rocha (1984) traz as características de como eram os Conselhos de Classe na França, como eram constituídos, quem participava deles, enfim, sua organização:

O Conselho de Classe a nível da turma, o Conselho de Orientação a nível de estabelecimento e o Conselho Departamental de Orientação constituem, no ensino francês, os Conselhos de observação instituídos por ocasião da reforma de 1959. Esta profunda reforma foi realizada com o objetivo declarado de democratizar o ensino e almejava “organizar um sistema escolar fundado na observação sistemática e contínua dos alunos com vistas a oferecer a cada um o ensino que corresponda a seus gostos e aptidões” (Institut de Recherche et Documentation Pédagogiques – INRDP – 1971, pg.31). a fim de atingir este objetivo foram criados os conselhos de observação dos alunos, que constituem o instrumento por excelência para observação da turma. A nível da turma funciona o Conselho de Classe que é presidido geralmente pelo professor principal ou então pelo diretor do estabelecimento, assistido pelo professor principal. Fazem parte do Conselho, ainda, o diretor adjunto, o inspetor geral encarregado da turma, o médico, o assistente social ou enfermeira, o conselheiro de orientação, os professores da turma, outros inspetores, dois representantes de pais de alunos e dois alunos, eleitos delegados da turma pelos colegas. (Rocha, 1984, p. 19).

Percebe-se que na proposta francesa, haviam três conselhos e serviam para observar de forma sistemática e contínua os educandos. Mas, ainda há vários elementos que merecem análise nessa citação. Dalben (1992, p. 26) corrobora com a temática ao dizer que “considera-se discutível a atuação pedagógica desses conselhos, centrada na avaliação classificatória, determinando a vida futura do aluno, papel bastante dirigido para os objetivos do sistema de ensino francês, no período”

Destaca-se que a maior contribuição deste modelo é o fato de permitir a discussão que envolve todos os membros que compõem a comunidade escolar. E

também, em sua origem, traz questões como avaliação através de observação sistemática e contínua, ainda que os resultados não fossem tanto de caráter qualitativo, e sim de classificação.

Portanto, entende-se que a revisão histórica do surgimento dos Conselhos de Classe, de origem francesa, é indispensável e enriquecedora. Todavia, a reflexão a ser feita é que nem tudo proposto originalmente é, de fato, algo que agregue à educação, pois o modelo trazia uma forma de separação e classificação, de uns para o trabalho intelectual, por meio do ensino clássico, e outros para o trabalho manual, pelas técnicas.

Outro importante fato que corroborou para a difusão dos Conselhos de Classe nas escolas brasileiras, deu-se com a Lei no 5.692/71, conhecida como segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB -, ela “Fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências”. Para Dalben:

É uma lei que possui uma orientação pragmática e tecnicista fundamentalmente integrada às necessidades econômicas e as exigências do mercado de trabalho, na perspectiva de incrementar e operacionalizar os valores sociais de uma sociedade industrial que emergia, segundo a racionalidade própria do modo de produção capitalista. (Dalben, 1992, p. 28).

Na época, a nova LDB reunia em um único sistema, diversos níveis de escolaridade, desde o secundário, comercial, industrial agrícola e normal, e trazia a profissionalização do estudante.

A partir da reconfiguração democrática do Brasil, com a Constituição Federal de 1988, termos como participação, responsabilidade social e gestão democrática ganharam destaque, isto porque passou a valorizar a participação de todos, enquanto membros de uma sociedade organizada e responsabilizada pela gestão pública, dando ênfase nos processos educacionais atuais.

Mesmo assim, o Conselho de Classe se situa num campo político de contradições que reflete as posturas e práticas pedagógicas atuantes na escola, sejam elas ocultas ou institucionalizadas. Ele é um órgão colegiado que compõe a organização da escola, no qual a equipe multidisciplinar, educadores e educandos reúnem-se para conhecer como tem se desenvolvido o processo formativo de uma turma e dos estudantes individualmente, identificando as falhas e propondo alternativas para solução dos problemas identificados. Cruz (2005) faz uma crítica à

forma como o Conselho de Classe vem sendo concebido e realizado em algumas escolas:

O Conselho de Classe é um dos espaços mais ricos para transformação da prática pedagógica e, talvez, dos mais mal aproveitados nas escolas. De modo geral, o Conselho de Classe se transformou em instância de julgamento dos alunos, sem direito à defesa e em espaço de críticas improdutivas sobre a prática pedagógica. Como tem sido praticado em muitas escolas, camufla e reforça os mecanismos de controle arbitrário, de concentração de poder e de exclusão (Cruz, 2005, p.11)

Dessa forma, o Conselho de Classe sofre com distorções de sua condução, por isso, à necessidade de vislumbrar outra forma de realização do mesmo, resgatando conceitos de participação, do caráter pedagógico e a dimensão da avaliação do processo educativo. Ressignificando sua forma de realização, precisa-se do entendimento de que, enquanto órgão colegiado, é também deliberativo no que diz respeito a:

[...] objetivos a serem alcançados; uso de metodologias e estratégias de ensino, critérios de seleção de conteúdos curriculares; projetos coletivos de ensino e atividades; formas, critérios e instrumentos de avaliação utilizados para o conhecimento do aluno; formas de acompanhamento dos alunos em seu percurso nos ciclos; critérios para apreciação do desempenho dos alunos ao final dos ciclos; elaboração de fichas de registros do desempenho do aluno objetivando seu acompanhamento no decorrer dos ciclos e informação aos pais; formas de relacionamento com a família; propostas curriculares alternativas para alunos com dificuldades específicas; adaptação curricular para alunos portadores de necessidades educativas especiais; propostas de organização dos estudos complementares. (Dalben, S/a, p. 4)

Portanto, o Conselho de Classe tem a importância de deliberar, de decidir sobre questões práticas e que resultam no processo formativo do educando. A ideia de um Conselho de Classe que meramente expõe resultados ao final de trimestres ou semestres, diminui a importância de tal órgão. É um espaço que apresenta a riqueza de contar com a participação de todos os agentes educativos, sejam eles professores, técnicos, no caso dos Institutos Federais, que inclui uma equipe multidisciplinar, bem como a participação dos próprios estudantes e pais. Também percebemos a relevância de projetos coletivos, rompendo com a individualidade das disciplinas dissociadas umas das outras e sem conexão com o mundo real, no qual os conhecimentos não são compartimentados..

Conquanto, fortalecer o Conselho de Classe como oportunidade momento

de o grupo, de a equipe repensar e fortalecer a ação pedagógica reflexiva, bem como a própria prática docente, visando possibilitar a aprendizagem significativa dos educandos, superando suas dificuldades neste processo. Para isso, é preciso compreender cada turma e cada aula como única, com suas singularidades e especificidades; pensar e repensar a metodologia é algo constante no ato educativo.

O Conselho de Classe no Instituto Federal de Santa Catarina

Tratar sobre Conselho de Classe como um instrumento de avaliação dos processos educativos e dos sujeitos envolvidos, buscando a organização do trabalho pedagógico, requer, no mínimo, situar historicamente a instituição educacional envolvida, identificando os limites e possibilidades da mesma. Além de ser um espaço para apreender as abordagens teóricas e metodológicas assumidas no trabalho escolar, qualificando a discussão entre os sujeitos que se defrontam com suas diferenças de discursos e concepções de mundo.

Um marco histórico na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil foi a criação dos IFs. A história recente, nos últimos 16 anos, mostra as transformações que a EPT no Brasil vem recebendo. O trabalho em rede, com a criação dos IFs, nos mais diversos estados do Brasil, em grande parte no interior, trouxeram fortalecimento às Instituições que já existiam, como Escolas Agrotécnicas Federais e Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs, além de expandir e interiorizar a rede federal de educação tecnológica. Isso se deu através do Decreto de nº 5.154, de 23 de julho de 2004, o qual o conteúdo foi incorporado à Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB – nº 9.394/1996 pela Lei nº 11.741/2008, que proporcionou uma nova postura e chance para a Educação Profissional no Brasil, sendo um grande marco histórico para o fortalecimento da EPT. Ramos (2010) pontua:

A nova legislação não mais definiu a educação profissional em níveis, por compreender que os níveis se referem exclusivamente à organização da educação nacional e não a uma modalidade específica. Tentou-se, assim, evitar que a política de educação profissional levasse a constituição de um sistema educacional paralelo. A educação profissional ficou organizada, então, em cursos e programas, em vez de níveis. Conforme dispõe o artigo 1º do novo decreto, esses podem ser: a) de formação inicial e continuada dos trabalhadores; b) de educação técnica de nível médio; c) de graduação e pós-graduação. (Ramos, 2010, p. 51)

Uma nova concepção se constitui, uma nova visão de educação de formação

de sujeitos, ao menos na legislação, e como principal meio de efetivar essa educação, cria-se a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e criação dos IFs nos mais diversos estados do Brasil, em grande parte no interior, trouxeram fortalecimento às Instituições que já existiam, como Escolas Agrotécnicas Federais e Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs, além de expandir e interiorizar a rede federal de educação tecnológica. Isso se deu através do Decreto de nº 5.154, de 23 de julho de 2004, o qual o conteúdo foi incorporado à Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB – nº 9.394/1996 pela Lei nº 11.741/2008,

Embora a Rede Federal tenha sido criada em 2008, a história do Instituto Federal de Santa Catarina, IFSC, remete-nos para o ano de 1909, quando, em Florianópolis, foi criada a Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina, por meio do Decreto no 7.566/1909. Seu objetivo era proporcionar a formação profissional aos filhos de classes socioeconômicas menos favorecidas.

Desde a sua origem, como Escola de Aprendizes e Artífices até se tornar Instituto Federal, vários foram os nomes e enfoques desta instituição. E o IFSC até então com duas unidades na capital de Santa Catarina começa a desbravar o interior do Estado. No ano de 1994 foi implantada a terceira unidade de ensino da instituição, a primeira no interior de Santa Catarina, na cidade de Jaraguá do Sul, região norte do estado.

Atualmente, o *campus* de Jaraguá do Sul - Centro oferta cerca de 1200 vagas entre cursos de qualificação, técnicos e superiores. Sua equipe de trabalho conta com aproximadamente 120 servidores, entre técnicos e docentes que cumprem o compromisso dos Institutos Federais de ofertar a educação pública, gratuita e de excelente qualidade para a população da região do Vale do Itapocú.

De acordo com o que nos propusemos a discutir neste artigo, talvez, seja oportuno analisar o PDI, documento intitulado como Plano de Desenvolvimento Institucional no qual o PPI faz parte. O documento tem seu período de vigência de 2020 a 2024.

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) define o ideal educativo do IFSC em termos de políticas de ensino, pesquisa, extensão e gestão. Trata-se de um instrumento político, filosófico e teórico-metodológico, norteador dos seus processos e práticas, fundamentais à construção da identidade institucional e que expressa as suas intencionalidades transformadoras para os próximos anos.

Destaca no seu texto a importância da avaliação, trazendo a relação com o Conselho de Classe:

A avaliação somativa tem por objetivo realizar um diagnóstico do aluno no final de um período, seja no final de uma unidade curricular, de um bimestre ou de um ano letivo. O principal aspecto enfatizado nesse tipo de avaliação é o resultado da aprendizagem baseada em objetivos. Ela consiste em identificar os alunos de acordo com o nível de aproveitamento previamente estabelecido, geralmente tendo em vista sua promoção de uma série para outra ou de um grau para outro. (PDI 67/2020)

Outro documento que busca direcionar a política avaliativa nessa instituição, no que tange ao Conselho de Classe é o regulamento didático pedagógico (RDP). De todas as atribuições, destaca-se, aqui, o capítulo XV pois menciona que: “planejar, acompanhar e supervisionar os Conselhos de Classe juntamente com os Coordenadores de Curso e a Coordenadoria Pedagógica” (RDP - resolução 20/2018).

Não obstante, entende-se por Conselho de Classe dos cursos integrados ao ensino médio, Estes são os cursos que estão na origem dos Institutos Federais, portanto, foco da pesquisa realizada.

Essa organização dos procedimentos pretende facilitar o fluxo das atividades, considerando a avaliação da aprendizagem como um elemento formativo e sendo condição integradora entre ensino aprendizagem,, O Conselho de Classe, nesse contexto, deve ser espaço constante de retomada do processo e não apenas de diagnóstico de quem será aprovado ou reprovado. O sentido principal é o seu caráter preventivo e de diagnóstico que precisa ser aprimorado para a permanência e o êxito dos estudantes.

3 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste estudo foi realizada a pesquisa-ação, que é um tipo de pesquisa qualitativa que, segundo Thiollent (2007), tratasse de uma metodologia que permite compreender ou descrever o mundo da prática, mas também, transformá-la em algo significativo para o pleno alcance das metas e objetivos propostos. Refere-se a um tipo de pesquisa qualitativa, com intervenção na realidade profissional das práticas pedagógicas no desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.

Dessa forma, espera-se que, a partir dos princípios da pesquisa-ação, realizar um trabalho interventivo, no qual os participantes da pesquisa participem não como objetos de processo ensino-aprendizagem, mas, como sujeitos capazes de pensar e refletir o fazer pedagógico, visando superar os problemas apontados. Diferencia-se da pesquisa convencional, em que aborda o problema e não estuda e nem discute propostas com os pesquisados para a superação das problemáticas.

A pesquisa foi realizada no IFSC, *Campus Jaraguá do Sul – Centro*, com docentes e equipe multidisciplinar, durante o ano de 2023 e início de 2024. Foram formados grupos de estudos, para a sensibilização da participação da pesquisa. Organizamos encontros com os participantes com o delineamento da pesquisa e o plano de ação do conselho de classe e a organização do trabalho pedagógico.

Nos encontros surgiram diagnósticos dos conhecimentos e experiências vivenciados pelos colaboradores da pesquisa. E, assim, a construção de uma minuta de trabalho para a organização do Conselho de Classe nos Cursos Técnicos de Química e Modelagem do Vestuário Integrados ao Ensino Médio no IFSC— *Campus Jaraguá do Sul - Centro*,

4 ANÁLISE E RESULTADOS

Para a construção da minuta, documento pelo qual visa organização do Conselho de Classe, foram realizadas algumas ações e os resultados obtidos nas discussões durante a pesquisa, as experiências vivenciadas sobre a temática de estudo, os encontros do grupo, as ações propostas e realizadas, os anseios dos colaboradores e dificuldades para que pudéssemos problematizar a prática dos Conselhos de Classe como espaço de reflexão e tomada de decisão da prática pedagógica.

Diante dessa abordagem as ações desenvolvidas exigem do educador uma postura reflexiva do seu fazer pedagógico, necessitando reconhecer na organização do seu trabalho, um espaço de formação.

Destaca-se aqui a importância fundamental do desenvolvimento permanente de formação, aqui chamado de formação continuada..

Para os autores, Alberto; Plácido; Ivonete (2021), aborda a formação continuada enquanto prática educativa reflexiva que viabiliza o diálogo entre educador e educandos. Os autores apresentam o porquê da necessidade de

priorizar a formação de professores e seu significado social, bem como se dá a construção da identidade profissional docente em uma sociedade de mudanças significativas na prática pedagógica.

Assim, a formação continuada deu origem a Formação do Grupo de Estudo, foi uma análise que evidenciou a caracterização da pesquisa-ação colaborativa em que a pesquisadora apresentou a temática do estudo para a sensibilização da formação deste grupo. Conforme Ibiapina (2008, p. 20), “convocar os docentes para participar de projetos de pesquisa que visam a co-construção de determinado objeto de conhecimento é, também, fazê-lo vivenciar processo de formação sobre aspecto da prática profissional que eles consideram como problemático”.

Teve-se um primeiro momento de formação e sensibilização da importância de refletir sobre a prática pedagógica diante de situações apontadas durante os Conselhos de Classes. A própria Coordenadoria Pedagógica fez uma capacitação com os docentes, que contou aproximadamente com 30 servidores, sendo 20 docentes e 10 técnicos da equipe multidisciplinar, colocando a importância do tema: Conselho de Classe, onde a pesquisadora contribuiu com uma apresentação sobre a história dos lcs e a avaliação, em seguida, realizou-se um diagnóstico sobre como são realizados os Conselhos de Classe na instituição.

Iniciamos o segundo encontro do grupo no mês de novembro de 2023 com o diagnóstico a partir do questionamento sobre as concepções atribuídas por eles da função pedagógica do Conselho de Classe. Para a pesquisadora, o diagnóstico dos conhecimentos foi fundamental para se trabalhar as necessidades formativas. Também, no mesmo encontro, que estavam presentes cinco técnicos da equipe multidisciplinar e 12 docentes, evidenciamos as análises dos relatos dos colaboradores, a partir das ações realizadas e não realizadas no Conselho de Classe participativo do segundo semestre de 2023, e discussões para o planejamento do Conselho de Classe final de 2023/2.

Outro passo importante foi a autoavaliação levou-nos ao questionamento: como transformar o Conselho de Classe em um espaço de reflexão de nossas práticas? Foi um momento de refletir sobre as práticas educativas, de nos auto avaliarmos durante a reunião, mas não foi o tempo, não foi suficiente para todas as discussões. Nesse momento, muitos docentes começaram a perceber sua prática, metodologia e as discussões nos levaram a repensar a estrutura desse espaço avaliativo de forma que pudesse colaborar com as nossas práticas pedagógicas.

Conforme Cruz ressalta:

[...] na tomada de consciência de nossa própria ação e o sentido educativo que ela tem no contexto pedagógico; a quebrar um poder discricionário herdado culturalmente pelos professores; a criar a consciência da força da ação coletiva pela revelação da fragilidade da ação individual; a tornar o professor mais humilde, aberto às mudanças e possibilita uma interação mais sincera, franca e amorosa com os alunos, pois a partir da compreensão de suas próprias limitações se compreende melhor as limitações dos alunos e se relativiza o rigor do julgamento; relativizar o erro, vendo-o como etapa de crescimento e não como fracasso ou culpa, e isso é fundamental num processo de construção conjunta do saber. (Cruz, 2005, p. 16).

No mês de dezembro realizamos o terceiro encontro do grupo de estudo, com aproximadamente 15 docentes e 5 técnicos da equipe multidisciplinar, teve como objetivo discutir e analisar a construção da Minuta que norteou as ações pedagógicas do ensino a partir das problemáticas apresentadas no Conselho de Classe em relação ao desenvolvimento de nossas práticas pedagógicas, de modo a permitir a reflexão-ação-reflexão, um processo formativo e reflexivo propiciando o bom desenvolvimento do ensino.

No mês de fevereiro de 2024, tivemos a semana pedagógica, cujos os temas abordados foram sobre avaliação e o trabalho pedagógico, destacando o Conselho de Classe. Nesse momento o grupo de estudo apresentou, um o Plano de Ação com o objetivo de divulgar o trabalho realizado para os demais colegas e a gestão do campus com o propósito de, futuramente, institucionalizar a Minuta como ferramenta metodológica de intervenção pedagógica sobre as práticas educativas. Na realização desse evento estavam presentes 40 docentes e 20 técnicos do *campus* Jaraguá do Sul - Centro.

Para março, o grupo de estudo realizou a sessão reflexiva, os estudos teóricos propiciados pela relação entre teoria e prática. Portanto, o objetivo desse encontro foi proporcionar aos 40 participantes um trabalho mais teórico com reflexões a partir dos encontros e ações realizadas durante a pesquisa-ação colaborativa, fazendo-os pensar sobre a função pedagógica da instância Conselho de Classe no processo de ensino e aprendizagem. Esse momento agregou com a reunião pedagógica, fruto do trabalho da coordenação pedagógica, onde trouxe para as discussões a Prof Inge Renate Fröse Suhr com o tema “ as reflexões sobre o trabalho pedagógico e a avaliação”.

Assim, finalizamos os encontros do grupo de estudo com muita aprendizagem e, sobretudo, a importância da coletividade entre os profissionais para

o desenvolvimento de ações no processo de ensino e aprendizagem. Os dados evidenciam que houve um bom envolvimento dos colaboradores para a realização da Minuta, que agora está em fase de documento para ser apreciado no colegiado do *campus* Jaraguá do Sul – Centro

5 CONSIDERAÇÕES

O presente artigo discutiu o processo e os resultados da pesquisa-ação colaborativa do Conselho de Classe e a organização do trabalho pedagógico nos cursos técnicos integrados ao ensino médio de química e modelagem do vestuário: a realidade do IFSC *Campus* Jaraguá do Sul - Centro

Durante a elaboração da pesquisa buscou-se compreender a dinâmica e estrutura do Conselho de Classe dos cursos dos institutos federais, na perspectiva de torná-lo um espaço de diálogos e reflexão sobre as práticas pedagógicas democráticas e participativas. O estudo realizado possibilitou a ampliação da compreensão deste espaço avaliativo que ainda precisa ser uma instância pedagógica mais bem aproveitada pelos profissionais da educação que estão envolvidos no processo ensino-aprendizagem.

O referido estudo possibilitou-nos compreender que o Conselho de Classe constitui-se em um espaço de reflexão da prática pedagógica e não somente um espaço arbitrário das práticas avaliativas; isso foi possível a partir dos encontros realizados com o grande grupo de estudo e das dinâmicas para a realização dos Conselhos de Classe a partir do início do estudo.

Assim, as discussões evidenciaram a necessidade de intervenção pedagógica nesse espaço, criando um documento que normatize a organização do trabalho pedagógico. Pelas experiências vivenciadas no decorrer da elaboração da pesquisa, é urgente direcioná-lo a uma prática que discuta e reflita as práticas pedagógicas durante o processo ensino-aprendizagem no âmbito avaliativo.

Entretanto os resultados relevantes na execução dessa pesquisa-ação colaborativa foram as reflexões proporcionadas, o comprometimento demonstrado entre pesquisadora e colaboradores, bem como a construção da Minuta que norteou as ações, antes, durante e depois das reuniões dos conselhos. No contexto colaborativo foi possível realizar um trabalho democrático e participativo, estabelecendo-se um vínculo de confiança e respeito.

O trabalho resultado dessa pesquisa, reforçou a compreensão de que o

Conselho de Classe é um lugar formador de sujeitos e práticas, mas que se forma e se transforma enquanto espaço coletivo e reflexivo das ações dos sujeitos que o compõem.

Acredita-se que esse estudo possa contribuir com outras pesquisas e discussões sobre a temática Conselho de Classe que ainda, no campo educacional, demanda muitas reflexões entre os profissionais da educação para que realmente se possa efetivar a função do trabalho pedagógico como espaço democrático, reflexivo e avaliativo das práticas pedagógicas de forma qualitativa no processo ensino-aprendizagem.

REFERÊNCIAS

PLACIDO, R. L.; PLACIDO, I. T. M.; ALBERTO, S. **A profissão docente: uma abordagem a partir da formação continuada.** Olhar de Professor, [S. l.], v. 25, p. 1–20, 2022. DOI:10.5212/OlharProfr.v.25.16417.03 Disponível em:<https://revistas.uepg.br/index>

<https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/16417>. Acesso em: 29 maio. 2024.

BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, [1996]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 23 de abril de 2024.

BRASIL. **Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 253, p. 1., 30 dez. 2008.

CÁRIA, N. P.; SANTOS, M. P. **Gestão e democracia na escola: limites e desafios.** *Revista de Gestão e Avaliação Educacional*, [S.l.], p. 27-41, jun. 2014

CRUZ, Carlos Henrique Carrilho. **Conselho de Classe: espaço de diagnóstico da prática educativa escolar.** São Paulo: Edições Loyola. 2005.

DALBEN, Ângela I.L. F. **Trabalho escolar e Conselho de Classe.** Campinas, SP, Papyrus, 1992.

DALBEN, Ângela Imaculada L. F. **Conselhos de Classe e Avaliação: Perspectivas na Gestão Pedagógica da escola.** 1ªed. Campinas. Papyrus. 2004. Coleção magistério: formação e Trabalho Pedagógico.

FRIGOTTO, G. CIAVATTA, M. **Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado.** Educação & Sociedade, Campinas, vol. 24, n. 82, p. 93-130, abril 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e prática.** 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

LÜCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola.** 11a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

PARO. V. H. **Gestão Democrática da escola pública.** 3ª edição. São Paulo -SP: Ática, 2004.

_____. Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI – 2020 a 2024 IFSC. s/d Disponível em <http://www.ifsc.edu.br/documentos-do-pdi/item/8369-plano-de-desenvolvimento-institucional-2020-a-2024> Acesso em 29 de abril de 2024 .

RAMOS, Marise. **A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica.** (In): MOLL, Jaqueline(Org.). Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo. Porto Alegre: Artmed, 2010.

Resolução 20/2018 **Regulamento Didático Pedagógico** Disponível em <https://www.ifsc.edu.br/regulamentos-e-legisla%C3%92resolu%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em

29 de abril de 2024

ROCHA, Any D. C da. **Conselho de Classe: Burocratização ou participação?** Rio de Janeiro, RJ, Francisco Alves, 1984.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-ação** / Michel Thiollent. 15. ed. São

Paulo: Cortez, 2007. (Coleção temas básicos de pesquisa-ação).

